

Para banqueiros ingleses decisão formaliza uma situação de fato

por Tom Camargo
de Londres

"O Brasil está apenas empatando o jogo de novo (...) ninguém esperava mesmo receber um centavo do principal de 1987 (...) depois que não reabrimos as linhas de financiamento comercial, como disse que faríamos na reunião de janeiro do Clube (de Paris), só podíamos esperar que o Brasil exercesse a opção de rolar temporariamente os US\$ 464 milhões do principal do primeiro semestre (de 1987). Havia a esperança de que pudéssemos discutir o segundo semestre agora em julho, mas para isso seria necessário que o Brasil tivesse regularizado sua situação junto ao FMI (...) não vai acontecer de novo reescalonamento com o Clube sem algum tipo de aval do Fundo."

Essa foi a reação de um funcionário graduado do governo inglês à decisão brasileira de suspender o pagamento de US\$ 1,05 bilhão do principal devido a quinze países que operam seus reescalonamentos oficiais no âmbito do Clube de Paris, a instituição oficiosa que funciona como um fórum para a discussão de dívidas de governo para governo.

Com "empatar o jogo" a fonte quer dizer que o Brasil teria apenas dado o troco para um acordo concertado oficiosamente entre os quinze credores imediatamente após o Clube ter acertado um reescalonamento de US\$ 4,122 bilhões, extraído à custa de forte pressão de Washington e à desafiante postura do então ministro da Fazenda.

Esse acordo, que contrariou frontalmente a letra do contrato assinado entre os quinze credores e Brasília, rezava que nenhum dos países liberaria linhas oficiais de médio e longo prazo para o Brasil, o que representaria, segundo a média histórica, algo próximo de US\$ 1 bilhão em garantias oficiais em um ano. Mas o boicote, mais do que a falta do dinheiro, representou também uma surda denúncia do heterodoxo acerto armado pelo então assessor internacional da Fazenda, embaixador Alvaro Alencar, desve-

lando e agravando a suspeita quanto às intenções brasileiras para seu setor externo.

Banqueiros e homens de negócios reunidos ontem em Londres durante um seminário sobre a conversão da dívida em investimentos observaram que o fato de o Brasil anunciar que não pagará o principal devido a governos em 1987 apenas formaliza uma situação de fato.

Em janeiro os negociadores brasileiros não conseguiram obter um reescalonamento antecipado do principal de 1987. Apenas seis meses foram obtidos, com uma 'rolagem temporária' até 30 de junho, quando novas condições seriam discutidas, abarcando então o restante do ano, quando um total de US\$ 740 milhões venceriam (cerca de US\$ 463 milhões de principal e US\$ 277 milhões de juros).

Apesar de estar suspendendo o pagamento de US\$ 1,05 bilhão, o Tesouro brasileiro continuará honrando débitos no valor de US\$ 1,484 bilhão que também foram renegociados em janeiro. A época, um total de US\$ 1,296 bilhão de 'obrigações não reescaláveis' vale dizer, obrigações de reescalonamentos anteriores ou contraídas após 31 de março de 1983 (que é a data-base da atual negociação), mais uma série de pequenos desembolsos, se somavam a US\$ 188 milhões de juros não reescalados do primeiro semestre de 1987 para compor o desembolso brasileiro junto ao Clube no transcorrer de todo o ano.

O Brasil deixou de pagar seus pares no Clube de Paris no final de 1984, abrangendo o principal e partes dos juros. Desembolsos voltaram a ser feitos em meados do ano passado. Uma conta de US\$ 384 milhões de juros de mora foi incorrida durante a suspensão dos pagamentos.

Uma nova mora começou a ser contada em primeiro de janeiro de 1987 e agora os credores sabem que o taxímetro continuará rodando. O Brasil deve cerca de US\$ 14 bilhões a membros do Clube de Paris.